

Empresários paulistas se unem para pressionar constituintes

SÃO PAULO — O Fórum Informal dos Empresários, que reúne presidentes das diversas entidades patronais de São Paulo, definiu uma lista de 24 pontos que pretende ver retirados da futura Constituição. Esses artigos e emendas, aprovadas na votação do primeiro turno, sofrerão, no segundo, a marcação cerrada dos empresários que tentarão suprimi-los. "Democraticamente vamos procurar persuadir os políticos e mostrar, para o bem do país, os erros que estão sendo cometidos", justificou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato.

A reunião do Fórum aconteceu na sede da Fiesp, na Avenida Paulista, principal centro financeiro do país. Estiveram presentes os presidentes das federações da Indústria, Mário Amato; do Comércio, Abram Szajman; dos Transportes, Benedito Dário Ferraz; do Sindicato dos Bancos, Paulo Queirós; da Associação Comercial, Romeu Trussardi, e o diretor da Sociedade Rural Brasileira, Fernando Vergueiro.

Dos 24 pontos assinalados pelos empresários, quatro merecerão atenção especial: A) limitação da jornada em 6 horas para trabalhos de turnos ininterruptos; B) prescritibilidade para as ações

trabalhistas; C) direito de greve; D) limitação das taxas de juros. "Estamos realmente muito preocupados com esses pontos", disse Amato.

Ele explicou que a jornada de 6 horas, de turnos ininterruptos, limitará a capacidade de exportação das empresas, e, em última instância, "acabará prejudicando os próprios trabalhadores". Sobre as ações trabalhistas, defendeu um prazo de 5 anos para a prescrição, tanto no meio urbano quanto rural, repudiando a imprescritibilidade e considerando que as ações "não podem ter validade *ad eternum*." Quanto às greves, embora ressaltando ser a favor do direito de greve, alertou que, como está formulado o artigo, aprovado em primeiro turno, "ela passa a ser irrestrita", o que poderá transformar o país "em uma república sindicalista". Finalmente, ele condenou o tabelamento, pela Constituição, das taxas de juros em 12% ao ano.

"Eu tenho muita confiança na classe política, acho que vai predominar o bom senso nas votações do segundo turno e que esses pontos serão eliminados", afirmou Amato. Para ele a votação do primeiro turno foi emocional, mas a do segundo será mais racional. "Essas coisas foram apoyadas no primeiro turno por-

que se sabia que no segundo poderiam ser consertadas".

Além desses quatro pontos principais, os outros que os empresários tentarão derrubar ou modificar na votação das emendas supressivas são os seguintes: mandato de injunção; aplicabilidade imediata das normas constitucionais; férias remuneradas; aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço; estatização definitiva das telecomunicações; competência do Poder Legislativo para legislar sobre trânsito e transporte de bens e pessoas; organização do abastecimento alimentar; distribuição estatal do gás encanado; uniformização da jurisprudência trabalhista pelo TST; competência normativa da Justiça do Trabalho; extensão da imunidade tributária para as entidades sindicais patronais; adicional do Imposto de Renda para os estados; imposto sobre as grandes fortunas; definição da empresa brasileira de capital nacional; preferências nas aquisições de bens e serviços efetuados pelo poder público; o estado como agente normativo e regulador da economia; nacionalização da exploração mineral; contratos de risco; investimentos estrangeiros na assistência à saúde; e o mercado interno como patrimônio nacional.